**ESTRUTURA PRODUTIVA DAS REGIÕES PARANAENSES: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA PARANÁ PRODUTIVO**

**Luis Claudio Krajevski[[1]](#footnote-1)**

**Janete Stoffel[[2]](#footnote-2)**

**Marisela Garcia Hernandez[[3]](#footnote-3)**

**Resumo**

Objetivou-se identificar as características da produção, da renda e do emprego das distintas regiões que integram o Programa Paraná Produtivo (PPP), para o ano de 2021, de forma a captar diferenças e identidades entre elas. A pesquisa inicia apontando, de forma sucinta, as principais tendências que vem moldando a estrutura produtiva paranaense nos últimos anos. Posteriormente, caracteriza-se, brevemente, o PPP, para, na sequência, analisar as distintas regiões, a partir de indicadores escolhidos. Os resultados revelaram como pontos de contato entre a maior parte das regiões, a expansão de atividades de valor agregado e complexidade tecnológica baixa, vinculadas ao setor primário, incapazes de impulsionar encadeamentos produtivos significativos. Observou-se, ainda, a contribuição marginal da agricultura para o número de empregos formais (3,12%), em contraposição ao setor de comércio e serviços (55,09%); além da precariedade da remuneração dos trabalhadores paranaenses, uma vez que 75,17% recebiam até três salários. Em termos de diferenças entre as regiões, destacam-se as quatro regiões paranaenses que concentram 64,25% do PIB estadual. Ainda, verificou-se o posicionamento da região de Castro–Ponta Grossa como aquela que mais contribui com o PIB industrial do estado. Os resultados apontaram para consolidação do sentido das mudanças nascidas com o abandono do processo de industrialização do país: a emergência da reprimarização como eixo dinâmico da economia nacional, impondo complexos desafios para o desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. Políticas públicas. Desigualdades. Economia paranaense.

PRODUCTIVE STRUCTURE OF THE PARANÁ’S REGIONS: A PERSPECTIVE FROM THE PARANÁ PRODUCTIVE PROGRAM.

**Abstract**

This study aims to identify the characteristics of production, income, and employment in the different regions that make up the Paraná Productive Program (PPP), to capture differences and similarities between them. The research begins by briefly outlining the main trends that have been shaping the productive structure of Paraná in recent years. Subsequently, the PPP is briefly characterized, followed by an analysis of the different regions based on selected indicators. The results reveal, as common points in most regions, the expansion of low value-added and low technological complexity activities, linked to the primary sector, which are unable to drive significant productive chains. Additionally, there is the marginal contribution of agriculture to the number of formal jobs (3.12%), in contrast to the trade and services sector (55.09%). Moreover, there is evidence of the precariousness of worker compensation in Paraná, with 75.17% earning up to three minimum wages. In terms of regional differences, four regions in Paraná concentrate 64.25% of the state’s GDP. It is also noted that the Castro–Ponta Grossa region is the one that contributes the most to the state’s industrial GDP. The results pointed to the consolidation of the meaning of the changes born with the abandonment of the country's industrialization process: the emergence of reprimarization as a dynamic axis of the national economy, imposing complex challenges for regional development.

**Keywords:** Regional development. Public policies. Inequalities. Paraná economy.

1. Introdução

No Brasil, muito embora se observe a existência de políticas regionais, implícitas ou explicitas, desde o processo de industrialização, os desequilíbrios regionais vêm se tornando cada vez mais complexos. Nos anos de 1960 e 1970, as inciativas de desenvolvimento regional tiveram por objetivo conformar uma economia nacional integrada, abandonando a existência de espaços regionais diferenciados e apenas articulados comercialmente. Esse projeto de integração se ancorou na complexificação do mercado interno, assentado no processo de industrialização que caracterizou a configuração do desenvolvimento brasileiro entre 1930 e 1980.

No entanto, frente às transformações estruturais da economia brasileira e internacional, a partir dos anos de 1980, os distintos espaços regionais observaram processos de reestruturação produtiva, à luz do abandono da industrialização, que resultaram na crescente fragilização da articulação entre as regiões brasileiras, assim como no fortalecimento dos vínculos com o mercado internacional, em função da reprimarização da economia do país. A rápida fragilização dos encadeamentos produtivos inter e intrarregionais resultaram, a partir de então, no que Pacheco (1996) denominou de “fragmentação da economia nacional”.

Ao considerar esse contexto, a presente pesquisa objetivou identificar as mudanças da produção, da renda e do emprego das distintas regiões que integram o Programa Paraná Produtivo (PPP), para o ano de 2021, de forma a captar diferenças e pontos de contatos entre elas, assim como as principais (des)continuidades em relação à dinâmica do desenvolvimento regional nas últimas décadas. Para isso, aponta-se, de forma sucinta, as principais tendências que vem moldando a estrutura produtiva paranaense, a partir da segunda metade da década 198o. Posteriormente, é apresentado e caracterizado o PPP. Na sequência, analisam-se as distintas regiões, a partir de informações relativas ao Produto Interno Bruto (PIB) por setores e *per capita*, número de estabelecimentos e empregos por atividade econômica e remuneração dos trabalhadores, dentre outras variáveis econômicas. Por fim, expõem-se as considerações finais.

Esta pesquisa adotou a metodologia bibliográfica-documental, assim como a coleta de dados secundários, conforme os indicadores selecionados, a partir da plataforma do PPP e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

1. As transformações da estrutura produtiva paranaense a partir da década de 1970

A partir da década de 1970 até o início dos anos 1980, as mudanças da estrutura produtiva paranaense vincularam-se à tentativa do estado brasileiro de conformar uma economia nacional com um sistema produtivo único e integrado, abandonando espaços regionais diferenciados e apenas articulados comercialmente (Trintin, 2001).

Ao longo desse período, caracterizado pelo processo de desconcentração produtiva virtuosa a nível nacional, o Paraná foi marcado por transformações que imprimiram à economia crescente diversificação e forte dinamismo (Vasconcelos; Castro, 1999; Trintin, 2001;Lima; Rippel, Stamm, 2007; Braga; Curado, 2014).

Até os anos de 1960, a agricultura era a base da economia do estado, situação que se alterou a partir da década de 1970, haja vista a implantação de segmentos mais sofisticados e de maior valor adicionado no setor industrial, assim como da qualificação de parte dos já existentes, como a agricultura e agroindústria. Este movimento visava inserir a produção paranaense nas cadeias produtivas nacionais, integrando o estado à economia do país (Braga; Curado, 2014; Trintin, 2001; Moretto; Rodrigues; Parré, 2002).

A modernização da agricultura foi intensificada e o parque agroindustrial ampliado (Moretto; Rodrigues; Parré, 2002). Alterou-se a tradicional composição da produção agrícola, substituindo culturas tradicionais (incluindo o café) por outras, como a soja e o trigo (Pereira, 1987; Brum, 1988;Vasconcelos; Castro, 1999).

No setor secundário, observa-se a perda da “[...] importância de atividades como beneficiamento de café e madeira, em favor de novos gêneros como fumo, química (óleos vegetais em bruto e refino de petróleo, especialmente) e metal mecânica” (Vasconcelos; Castro, 1999, p. 9), concomitantemente à retração de produtos básicos da cesta alimentar (Pereira, 1987).

Durante o período, embora os gêneros tradicionais tenham permanecido como os mais importantes na indústria, houve mudanças na composição interna, com aumento na relevância de grupos que envolvem maior elaboração de matéria-prima. Entre esses grupos, destacam-se os produtos alimentares, com o surgimento de atividades como a produção de café solúvel, frigoríficos e óleos refinados; o setor madeireiro, com o desenvolvimento da produção de aglomerados e chapas; e os minerais não metálicos, nos quais artigos como cimento e fibrocimento ganharam destaque (Vasconcelos; Castro, 1999).

A partir da década de 1980, a indústria paranaense avançou em segmentos mais modernos e recentemente implantados na economia brasileira, possibilitando estabelecer relações mais robustas com outras regiões do país, além de ampliar sua participação na pauta exportadora (Vasconcelos; Castro, 1999), em particular de segmentos industriais inexistentes e/ou inexpressivos em décadas passadas (mecânica, material de transporte, fumo, papel e papelão).

A emergência da indústria metalmecânica, na Região Metropolitana de Curitiba – RMC, possibilitou ao setor secundário conquistar novo lugar na economia estadual (Vasconcelos; Castro, 1999). No ano de 1985, esse setor seria responsável por 35,5% da geração da renda paranaense, enquanto a agricultura contribuía com 23,9% da renda do estado (Trintin, 2001).

Em termos regionais, tanto o crescimento como a diversificação da indústria paranaense ganharam muito mais força na região de Curitiba, que passou a concentrar a produção com maior valor agregado do estado, enquanto os municípios do interior concentraram os gêneros da agroindústria mais dependentes da proximidade do acesso às matérias-primas (Vasconcelos e Castro, 1999). Nesse movimento, a indústria do interior perdeu participação relativa.

A diversificação da base produtiva paranaense veio acompanhada da grande empresa moderna, com estrutura bastante concentrada, assim como do aumento do suprimento originado no mercado externo (Trintin, 2001). As empresas transacionais foram essenciais no dinamismo da economia (Lima; Rippel, Stamm, 2007), cujo crescimento foi acompanhado da retração da participação dos capitais locais, ganhando importância, também, os capitais de outros estados. Ambos foram atraídos pela importância da proximidade com o mercado paulista, assim como pelo apoio do aparelho estatal paranaense.

A diversificação da indústria não se deu apenas em nível de produtos, mas também no interior, no sentido da complexificação tecnológica, o que ocorreu tanto nos artigos que ampliaram a presença na matriz industrial do último ciclo de grandes investimentos da economia brasileira (PND II[[4]](#footnote-4)) (com destaque para o recebimento das montadoras de veículos), quanto nos gêneros existentes com anterioridade, como alimentos, química e madeira (Trintin, 2001).

As transformações no interior da indústria alimentícia avançaram, de modo que o setor de abate de animais e preparação de conservas expandiu as operações, abrangendo o setor tradicional de beneficiamento de cereais, café e similares. Essa expansão também se reflete na ascensão dos grupos de resfriamento de leite e laticínios, que assumiram posição relevante na estrutura produtiva e geração de renda da indústria (Trintin, 2001).

No entanto, a partir de 1985, frente às transformações estruturais da economia brasileira e internacional – no contexto da crise da dívida externa e do novo ciclo de internacionalização produtiva da empresa transacional –, o Paraná iniciou processo de reestruturação produtiva que imprimiu nova dinâmica à economia, que se consolida com a implantação das políticas neoliberais nos anos 1990.

A nível nacional, o projeto de integração e complexificação do mercado interno - assentado no processo de industrialização que caracterizou a configuração do desenvolvimento brasileiro desde a década de 1930 - é abandonado e substituído por um modelo econômico ancorado na reprimarização da economia, cuja produção de matérias-primas tem como principal destino o mercado internacional. Esse modelo, ao renunciar o processo de industrialização e externalizar o eixo dinâmico da economia, provoca rápida fragilização dos encadeamentos produtivos inter e intrarregionais, resultando na fragmentação econômica brasileira (Pacheco, 1996).

Nesse contexto, ganhou força a inserção internacional do Paraná, a partir das exportações de produtos agrícolas, da ampliação e qualificação do setor madeireiro e papeleiro e da implantação de inúmeras indústrias de capital estrangeiro, em particular no polo automobilístico, que dotam como estratégia a substituição de insumos nacionais por aqueles vindos do que hoje conforma as cadeias globais/regionais de valor (Machoski; Raiher, 2016).

A localização geográfica privilegiada do Paraná, em função da proximidade com os demais países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e os maiores centros econômicos do país, especialmente São Paulo, assim como a infraestrutura moderna recentemente instalada, facilitou a inserção em mercados externos, em detrimento da integração nacional e intrarregional, resultando na perda relativa da importância do mercado estadual (Trintin, 2001; Machoski; Raiher, 2016).

Sob a nova dinâmica da empresa transacional, gêneros industriais básicos passaram a depender mais do abastecimento externo, como no caso da mecânica e material elétrico (Scavarda; Hamacher, 2001; Araújo, 2012; Trintin, 2001). De forma similar, a indústria montadora de automóveis que, na década anterior apresentava elevado grau de integração com a indústria local de peças, partes e componentes (Trintin, 2001), apresentou crescente importação de componentes, como resultado da integração às cadeias globais de valor (Scavarda; Hamacher, 2001; Araújo, 2012). O aumento das importações também aconteceu com alguns gêneros de menor peso relativo. Concomitantemente, a estrutura industrial passou a se caracterizar pela crescente concentração da produção em menos empresas (Trintin, 2001).

No início desta nova fase da economia paranaense (1985-1998), a indústria cresceu mais rapidamente do que a nacional, passando a ser a quarta mais importante do Brasil. Os ramos que tradicionalmente caracterizaram a estrutura industrial do estado (produtos alimentares, madeira e têxtil), reduziram a participação no valor adicionado, da mesma forma que a indústria química, enquanto se expandia a indústria de material de transporte (Trintin, 2001).

A concentração industrial na região de Curitiba adquiriu novos traços, pois passou a observar não somente o crescimento dos novos segmentos industriais, como também de produtos pertencentes aos gêneros tradicionais, como produtos alimentares, superando a participação conjunta de Londrina e Ponta Grossa, os dois polos industriais mais importantes do interior do estado no início, da década de 1990. A região de Curitiba passou a concentrar mais de 60% do valor agregado da indústria estadual (Trintin, 2001).

Na agricultura, afirmaram-se os grandes e médios produtores rurais (Vasconcelos; Castro, 1999), cuja modernização – ancorada na revolução verde e acelerada pelo esgotamento da fronteira agrícola -, veio acompanhada do aumento da concentração fundiária, da eliminação de postos de trabalho (Trintin, 2001), da especialização agrícola (Doretto *et al.*, 2003) e da concentração espacial da produção.

O Paraná também passou a se destacar na produção de bovinos, suínos e aves, ramos que foram se qualificando desde a década de 1970. Em 1993, o Estado passou a ser o terceiro maior produtor de aves e o segundo maior produtor de suínos do país. A quantidade produzida de soja crescia rapidamente, seguindo a tendência observada desde a década de 1980, inclusive diante da contração do PIB agropecuário registrada entre 1985 e 1995, a qual passou de 18,8% do PIB, em 1985, para 13,5%, em 1995. Isso também se observa com a cultura do milho, que passa a ocupar o tradicional lugar da cultura do trigo (Vasconcelos; Castro, 1999) [[5]](#footnote-5). Desde então, ambas as culturas passaram a ser as mais importantes da economia estadual, vinculando-se, cada vez mais, às exportações (Trintin, 2001; Carneiro, 2004).

Frisa-se que a modernização da agricultura avançou por quase todas as microrregiões do estado, não ficando restrita aos grandes produtores, uma vez que segmentos de pequenos agricultores também incorporaram, com maior ou menor intensidade, a nova base técnica. Em consequência, a produtividade dos principais produtos da agricultura paranaense do século passado (arroz, feijão, milho, soja e cana de açúcar) elevou-se substancialmente. Esse crescimento impactou os setores a montante e a jusante, em razão da existência de grandes margens para incorporar equipamentos, máquinas e insumos advindos desses setores, tornando a agricultura paranaense uma das mais modernas do país.

Ademais, a participação de setores de alta tecnologia, no Estado do Paraná, declinou a partir de 2007, atingindo o menor nível em 2019, com apenas 2% da participação na produção industrial do Estado (IPARDES, 2022). Os setores industriais de maior conteúdo tecnológico e automação, cujos produtos finais se direcionam ao consumo ou são utilizados por outras indústrias, perderam vigor nos últimos vinte anos (Diniz; Pereira, 2023). Em 2020, a indústria, provedora de inovações e transbordamentos, perdeu participação na produção da economia paranaense, de 26,42%, em 2002, para 22,78% (Diniz; Pereira, 2023).

Paralelamente, os setores de comércio e serviços observaram vultuoso crescimento na participação do PIB, mas, diferente dos países desenvolvidos em que a expansão ocorre nos ramos mais sofisticados, no Paraná, observou direção contrária, isto é, o crescimento de ramos de pouca complexidade tecnológica e baixa produtividade, acompanhando a dinâmica brasileira (Diniz; Pereira, 2023).

O perfil da economia paranaense do século XXI reflete claramente a natureza da reestruturação da economia, iniciada na década de 1980: a expansão de produtos de baixa complexidade tecnológica e valor agregado (grãos, carne de frango e carne suína), a perda de encadeamentos produtivos da indústria com a estrutura produtiva nacional e ao interior do próprio estado, assim como a crescente importação de insumos para produção agrícola e industrial.

Atualmente, o Paraná, a nível nacional, destaca-se como grande produtor de grãos, o maior exportador nacional de carne de frango e o terceiro maior exportador de carne suína (Oliveira; Kureski; Santos, 2020), alterando a trajetória em relação ao avanço de atividades produtivas de maior complexidade tecnológica e valor agregado, características da década de 1970 e início dos anos de 1980, apesar das promessas das diversas políticas regionais implementadas no Paraná, com vistas à tão propagandeada diversificação produtiva e integração regional.

3. O Programa Paraná Produtivo e os desafios do desenvolvimento regional paranaense

Ao longo do século XXI consolida-se, no Paraná, a dinâmica econômica iniciada na segunda metade da década 1980, refletida no atual domínio dos complexos soja e carne na pauta exportadora, em detrimento dos bens manufaturados, resultando em importantes reconfigurações produtivas regionais.

Nos anos 2000, a nível regional, observa-se a queda de empregos industriais nos polos econômicos de Curitiba, Londrina e Maringá, que tradicionalmente concentravam os empregos industriais de maior complexidade (Diniz; Pereira, 2023). Verifica-se, também, a consolidação da indústria de alimentos e têxtil nos polos econômicos de Cascavel, Maringá e Londrina; e da indústria madeireira nos polos Guarapuava e Ponta Grossa (Alves, 2022), sinalizando o aumento da especialização produtiva em atividades de baixo valor agregado ao setor primário. Neste sentido, importa destacar que entre 1985 e 2019, somente o polo econômico vinculado à Curitiba não apresentou o setor agropecuário como especialização (Alves, 2022).

Sob o pressuposto de contribuir para reduzir essas disparidades, um conjunto de políticas públicas foram adotadas no Paraná , as quais, nos últimos anos, tem-se caracterizado pela identificação de soluções “endógenas” e “inovadoras”, ancoradas na participação “ativa dos distintos segmentos da sociedade”, na atração de capital externo para dinamizar a economia, cuja implementação tem prometido a diversificação e qualificação produtiva, buscando reduzir os desequilíbrios regionais.

Desses programas, cabe destacar dois em especial. O primeiro foi o Programa Paraná Competitivo (2011), que buscava, com incentivos fiscais, atrair capitais produtivos ou financiar a ampliação de investimentos existentes. O segundo foi criado em 2013, o Plano de Apoio aos Municípios, que transferia recursos, a fundo perdido, para que os municípios paranaenses decidissem, conforme as demandas locais, a aplicação destes recursos. Ambas as políticas não estavam articuladas a um planejamento estadual em favor do desenvolvimento regional, representando apenas ações pontuais e desconexas da realidade regional paranaense.

Nesse bojo, a mais recente política pública paranaense, orientada ao desenvolvimento regional, foi criada em 22/11/2021, denominada Programa Estadual de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado, conhecido como Paraná Produtivo (PPP) (Paraná, 2021). Nesta primeira fase do Programa, foram criadas oito regiões, considerando como critério a renda abaixo da média estadual, assim como a exclusão dos planos de desenvolvimento integrado (Paraná, 2021). As regiões criadas foram Santo Antônio da Platina, Cornélio Procópio, Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão, Guarapuava, Irati e Castro.

O programa buscou integrar agentes locais, governamentais, privados e políticas públicas, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento produtivo regional de maneira integrada. O foco da política estava na promoção das atividades econômicas que gerariam efeitos multiplicadores, impactando positivamente o emprego e a renda, entre outros aspectos (Silva, 2023; Paraná, 2021a).

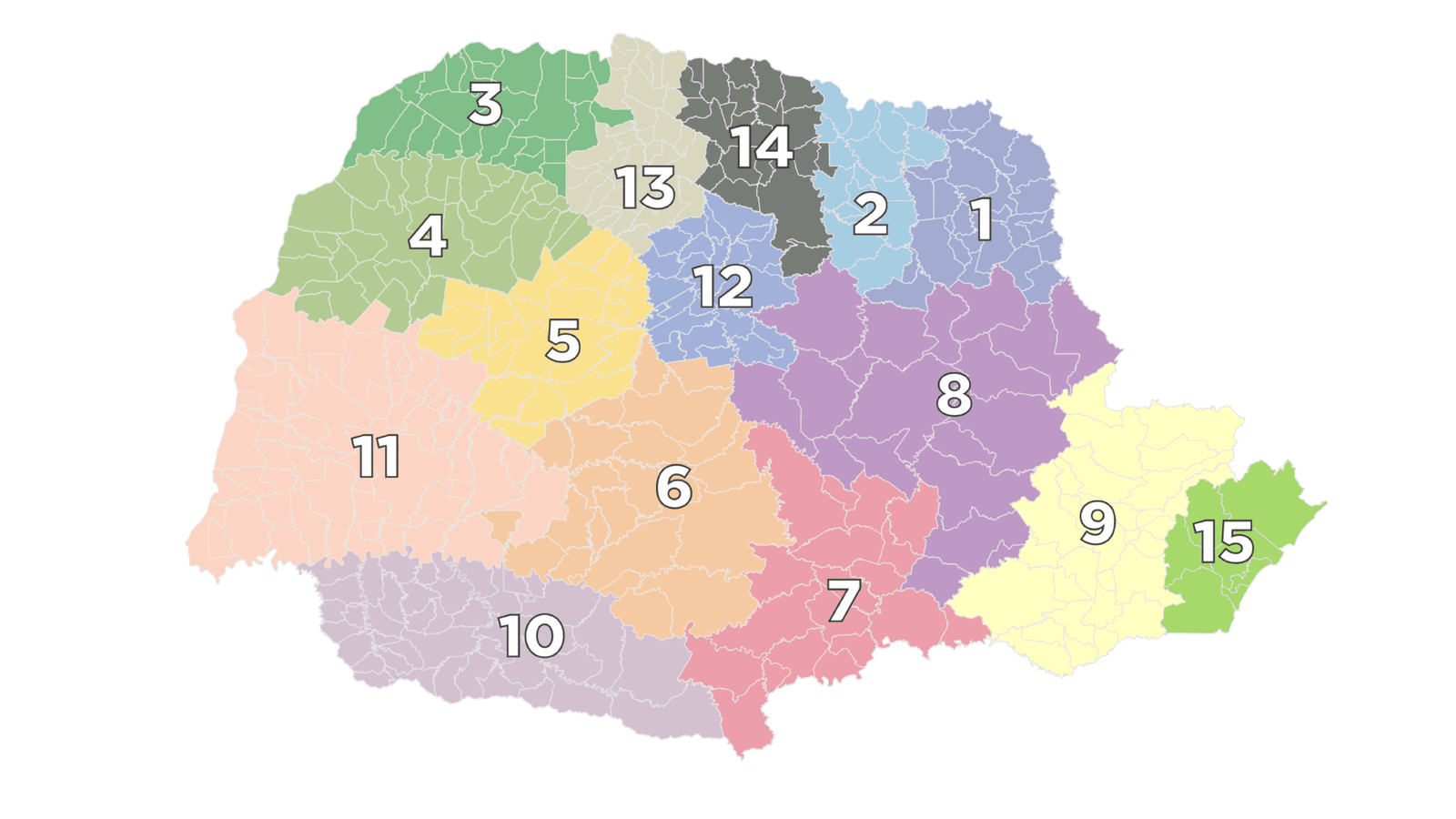
Em 2022, o governo reformulou os objetivos inicialmente propostos para o PPP, de maneira a serem mais amplos e explícitos, integrando ações em andamento, buscando articular políticas públicas e estratégias privadas, de forma a otimizar recursos; promover projetos públicos estruturantes de desenvolvimento para as regiões selecionadas; assim como potencializar ativos locais, visando o desenvolvimento regional integrado (Paraná, 2022).

O PPP é integrado por quatro eixos (Paraná Produtivo, 2024): **pessoas,** propõe a qualificação do capital humano, da força de trabalho relacionada aos **sistemas produtivos** que sejam mais dinâmicos, com maior complexidade econômica e maior valor agregado. No eixo da **infraestrutura** a proposição é compatibilizar as propostas de desenvolvimento com as regiões. Por fim, **governança e gestão**, a qual pretende promover instâncias intra e extragovernamentais, estimulando o autogerenciamento sustentável ao longo do tempo.

O Programa opera a partir das demandas estratégicas apontadas como prioritárias por cada região, a partir dos respectivos Conselhos de Gestores Regionais, assim como de uma série de outras necessidades emanadas da Consulta Pública de elaboração do Projeto Plurianual (Silva, 2023).

Em julho de 2023, o governo lançou a chamada II fase do PPP, na qual todos os municípios paranaenses passaram a integrar o programa (Paraná, 2024), com o estabelecimento de quinze regiões, a saber (figura 1): 1 – Santo Antônio da Platina; 2 – Cornélio Procópio; 3 – Paranavaí; 4 – Umuarama-Cianorte; 5 – Campo Mourão; 6 – Guarapuava; 7 – União da Vitória-Irati; 8 – Castro-Ponta Grossa; 9 – Pró-Metrópole; 10 – Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste; 11 – Programa Oeste em Desenvolvimento; 12 – Comitê Territorial do Vale do Ivaí; 13 – Comitê Territorial Terra Roxa; 14 – Região Norte e 15 – Litoral (Paraná Produtivo, 2024b).

Figura I – Regiões que integram o PPP



Fonte: PPP, (2024b)

É importante assinalar que a regionalização do PPP não converge com a antiga regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (mesorregiões e microrregiões geográficas), nem com a atual regionalização (regiões intermediárias e imediatas), além de não convergir com as regiões metropolitanas paranaenses e outras regionalizações político-administrativas estaduais.

A regionalização do PPP agrupa, aproximadamente, 27 municípios por região, no entanto, algumas delas observam grande diferença, a exemplo da região Oeste em Desenvolvimento, que possui 54 municípios, assim como da região Litoral, apenas sete. Situação similar se observa na extensão territorial, com destaque para as Regiões Oeste em Desenvolvimento e Castro-Ponta Grossa. Já na população censitária, também há diferenças substantivas. As regiões Pró-Metrópole, Oeste em Desenvolvimento e Região Norte superam um milhão de habitantes, por outro lado, Cornélio Procópio, Paranavaí e Campo Mourão não atingem trezentos mil habitantes.

Dessa forma, cada região apresenta composições muito diferenciadas, em termos de extensão territorial, população e PIB (conforme mostrado na seção a seguir), o que faz mais difícil e complexa a comparação entre as distintas regiões, assim como a análise dos resultados.

1. Resultados e discussões

Nesta seção, apresentam-se as noções gerais sobre produção, emprego e renda das distintas regiões apresentadas pelo PPP, apontando identidades e diferenças entre elas, considerando o ano de 2021 como recorte temporal. Para isto, adotaram-se as seguintes variáveis: a) Produto Interno Bruto (PIB) por setores econômicos; b) PIB *per capita*; c) número de estabelecimentos e empregos por atividades econômicas; d) remuneração dos trabalhadores.

Em relação ao **PIB,** constata-se que 64,25% do total estadual se concentra em quatro regiões, constituídas por 124 municípios do total de 399 (31,08%), a saber: Pró-Metrópole (35,13%), Oeste em Desenvolvimento (14,17%), Regional Norte (8,55%) e Castro-Ponta Grossa (8,03%). Nas outras onze regiões, apenas Terra Roxa (6,92%) e Sudoeste (5,5%) apresentam participação percentual acima de 5%, na formação do PIB estadual, para o ano de 2021. As nove regiões restantes totalizam 21,7% do PIB, considerando que nestes municípios vivem 26,24% da população estadual.

Importa mencionar que a concentração do PIB também se verifica no interior das regiões: na Pró-Metrópole, Curitiba responde por 50,72% do PIB; no Oeste em Desenvolvimento, os municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel detêm 44,6% do PIB regional; na Regional Norte, Londrina concentra 50,18% do PIB; em Castro-Ponta Grossa, somente Ponta Grossa responde por 44,12% do PIB total dentre 19 municípios. Estes dados indicam que as regiões com melhor desempenho também exibem profundas disparidades intrarregionais, revelando forte concentração produtiva.

Ao considerar a produção municipal, se constata que alguns municípios contribuem fortemente com o PIB regional, a saber: Jacarezinho e Santo Antônio da Platina (região 1); Cornélio Procópio e Bandeirantes (2); Paranavaí (3); Umuarama e Cianorte (4); Campo Mourão (5); Guarapuava (6); Irati, União da Vitória, Prudentópolis e São Mateus do Sul (7); Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Castro (8); Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Pinhais (9); Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos (10); Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (11); Apucarana (12); Maringá (13); Londrina, Cambé e Arapongas (14) e Paranaguá (15).

No que se refere à participação dos distintos setores econômicos na formação do PIB regional, observa-se que o **setor** **comércio e serviços** responde por 47,16%, enquanto a indústria participa com 27,41%, a agropecuária com 13% e a administração pública, 12,43% (Gráfico 1). O setor de comércios e serviços é o de maior importância em quatorze das quinze regiões, somente em União da Vitória-Irati predomina a agropecuária. O percentual de participação oscila do máximo de 61,52%, no Litoral, até 33,67%, na região União da Vitória – Irati. Assim, neste setor, a diferença entre as regiões reside principalmente no montante em que contribui para o PIB, sendo majoritária a participação.

Gráfico 1 - Contribuição percentual dos setores econômicos para formação do PIB nas regiões do PPP (2021)

Gráfico, Gráfico de barras

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PPP (2024a).

Já a contribuição do **setor industrial** no PIB registra maior disparidades entre as regiões, oscilando entre 36,16% (Castro - Ponta Grossa) e 9,63% (Cornélio Procópio). Apenas três das quinze regiões apresentam taxas superiores à estadual (27,41%): Castro–Ponta Grossa (36,16%), Oeste em Desenvolvimento (33,01%) e Pró-Metrópole (32,29%). Cornélio Procópio (9,63%) e Campo Mourão (13,31%) apresentam as menores taxas de participação da indústria na formação do PIB regional, em 2021.

Na **agropecuária,** observa-se situação um tanto semelhante à indústria, oscilando entre 37,22% (Cornélio Procópio) e 9,23% (Terra Roxa) na participação do PIB regional. Cornélio Procópio (37,22%) e União da Vitoria-Irati (36,48%) têm contribuições bem superiores à média estadual (13,00%). Situação contraria se evidencia no Litoral (1,53%), Pró-Metrópole (2,15%), Regional Norte (8,36%) e Terra Roxa (9,23%).

Somadas a participação da indústria e da agropecuária na composição do PIB para 2021, no estado do Paraná, a taxa (40,41%) é inferior ao setor de comércio e serviços. No caso da indústria, a baixa participação está vinculada, conforme mencionado, à redução nos encadeamentos. Já a agropecuária decorre do baixo valor agregado. Esta constatação é confirmada, pois no Litoral e na Pró-Metrópole, há baixa participação da agropecuária e os maiores PIB *per capita* (Gráfico 2).

Gráfico 2 - PIB *per capita* (em R$) nas regiões do PPP (2021)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de PPP (2024a).

O setor da **Administração Pública** é aquele cuja participação percentual na formação do PIB é a mais equilibrada, pois, enquanto a média estadual é de 12,43%, nas regiões, os percentuais oscilam entre o máximo de 17,89% (Vale do Ivaí) até um mínimo de 10,80% (Castro – Ponta Grossa).

Em relação ao **PIB *per capita*** (Gráfico 2), em 2021, a média estadual era de R$ 47.422,00. Seis regiões apresentaram média superior à média estadual, com destaque para o Litoral (21,2%), Oeste em Desenvolvimento (17,4%), Castro-Ponta Grossa(11,1%) e Pró-Metrópole(9,2%). Nas seis regiões, o setor de comércio e serviços tem maior participação no PIB aliado à presença relevante da indústria. Nas outras nove regiões, o PIB *per capita* é inferior à média estadual, sendo os piores resultados no Vale do Ivaí (-33,4%), Paranavaí (-31,2%), Santo Antônio da Platina (-28,1%), União da Vitória – Irati (-24,0%), Umuarama-Cianorte (-23,3%) e Cornélio Procópio (-21,9). Nestas regiões, a agropecuária e o comércio e serviços predominam, indicando a menor capacidade destes setores para contribuir no valor da produção regional.

Em relação ao **número de estabelecimentos (gráfico 3)**, nas quinze regiões, a atividade do comércio varejista detém o maior número de estabelecimentos. Em onze regiões, a atividade de agropecuária-agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca aparece com o segundo maior número de estabelecimentos. Em quatro regiões, Pró-Metrópole, Terra Roxa, Regional Norte e Litoral, as atividades vinculadas à administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais e auxiliar de atividade econômica aparecem com o segundo maior número de estabelecimentos. As atividades de serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão constam dentre as três atividades com maior número de estabelecimentos em 14 regiões, sendo a exceção Castro-Ponta Grossa.

Gráfico 3 - Percentual de estabelecimentos nas atividades econômicas nas regiões do PPP (2021)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de PPP (2024a).

Assim, em relação aos estabelecimentos, a nível estadual, 54,91% das 312.029 das unidades estavam concentrados em três atividades (gráfico 3), sendo elas na ordem decrescente: a) comércio varejista, b) administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica; c) serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão. Com isso, se observa a participação marginal da indústria em relação ao número de estabelecimentos. Assim, a maior parte das unidades está inserida em setores com baixa agregação de valor, baixa complexidade tecnológica, o que está alinhado com a baixa remuneração média que recebem os empregados formais (gráfico 5).

Quando são observados os **estabelecimentos e o número de empregados por atividades econômicas** (Gráficos 3 e 4), observa-se que do conjunto de 3.257.533 empregos formais existentes, em 2021, no Paraná, 42,92% estavam vinculados aos setores de: a) comércio varejista, b) administração pública direta e indireta, c) administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais e auxiliar de atividade econômica (Gráfico 4).

No que se refere ao **percentual de empregados por atividade econômica** (Gráfico 4), evidenciou-se a participação marginal da agropecuária na geração de empregos formais, com somente 3,12%, em contraposição ao setor de comércio e serviços, cuja participação é de 55,09%. Em treze regiões, o comércio varejista detém o maior percentual de empregos (excetuadas as regiões de Cornélio Procópio e Pró-Metrópole). No setor industrial, os ramos caracterizados pela baixa agregação de valor e complexidade tecnológica, como produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, constam entre os três maiores empregadores nas regiões de Santo Antônio da Platina, Paranavaí, Umuarama-Cianorte, Sudoeste e Oeste em Desenvolvimento. A administração pública é uma das maiores empregadoras no Estado (15,72%), mesmo não estando entre as nove atividades que tem maior número de estabelecimentos.

Uma imagem contendo Gráfico

Descrição gerada automaticamenteGráfico 4 - Percentual de empregos por atividades econômicas nas regiões do PPP (2021)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PPP (2024a).

No que se refere à **remuneração de trabalhadores empregados,** considerando distintas agrupações de faixas salariais em relação à quantidade de salários-mínimos (Gráfico 5), observa-se que, em 2021, dos 3.257.533 empregados formais, 75,17% recebiam até 3 salários-mínimos (SM) e, dentro deste grupo, 6,2% tinham remuneração de até um SM. Em dez regiões paranaenses, o percentual de quem recebe até 3 SM supera 80%, variando entre 81,4% (Oeste em Desenvolvimento) até 86,7% (Santo Antônio da Platina). Desse modo, a capacidade de geração de renda é baixa na maioria das regiões, o que está relacionado, dentre outros fatores, à reduzida presença de atividades ao interior dos distintos setores.

Nas regiões restantes, na Pró-Metrópole 66,05% dos trabalhadores recebem até 3SM, sendo que 33,95% recebem salários maiores, sendo percentual significativo da população com renda maior em relação às outras regiões. Em Terra Roxa (79,41%), Regional Norte (78,50%), Castro-Ponta Grossa (77,95%) e Litoral (75,01%) , o percentual de pessoas que recebem até três SM é mais próximo do estadual, ou seja, 75,17%.

Gráfico 5 - Percentual de trabalhadores por agrupamentos de faixas de renda (em salários-mínimos) nas regiões do PPP (2021)

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de PPP (2024a).

Os resultados apresentados permitem concluir o aprofundamento da dinâmica econômica iniciada no final do século passado, transformando o Paraná em um dos maiores exportadores nacionais de soja, exportação de carne de frango e carne suína.

1. Considerações finais

Desde a metade da década de 1980, no contexto do abandono da integração do mercado nacional, ancorado no processo de industrialização, o Estado do Paraná observa a regressão da base produtiva.

Nessa perspectiva, os resultados da presente pesquisa revelaram, à luz da regionalização elaborada pelo PPP, a especialização da economia em atividades de baixo valor agregado e complexidade tecnológica, vinculadas ao setor primário, incapazes de impulsionar encadeamentos produtivos significativos entre as distintas regiões do estado, assim como arrastrar o nível de renda e emprego.

Constata-se, também, a continuidade da concentração produtiva, uma vez que apenas quatro regiões são responsáveis por 64,25% para o PIB estadual. Dentre estas se destaca Castro-Ponta Grasso, como aquela que mais contribui para o PIB industrial, substituindo a região Pró-Metrópole, que integra a RMC. Ademais, a especialização produtiva, a concentração de atividades econômicas em poucas regiões, o baixo nível salarial, a explosão do setor de comercio e serviços, dentre outros, apontam para as expressivas desigualdades econômicas entre as regiões paranaenses.

Estes resultados apontam para consolidação do sentido das mudanças que emergem na segunda metade da década de 1980, as quais estão vinculadas à nova dinâmica de fragmentação nacional, ancorada na desindustrialização, na qual os vínculos externos se fortalecem em detrimento dos encadeamentos produtivas inter-regionais e intra estaduais. A natureza destes dinamismos ultrapassa as “boas intenções”, na melhor da hipótese, de programas de governo, e não de Estado, ancorados em propostas endogenistas, guiadas pelas vontades de cada região, isto é, dos denominados atores locais, como é o caso do PPP.

**Referências**

ALVES, L. R. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná*.***Informe Gepec**, [*S.l*.], v. 26, n. 2, p. 9-29, 2022.

ARAÚJO, S. M. P. A indústria automobilística, o trabalho e o capital migrante em novas regiões produtivas brasileiras. **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, Paraná, v.123, p.99–116, 2012.

BRASIL. Governo Federal. **Ato 2023-206.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11962.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRAGA, B. P. M.; CURADO, M. L. Elementos institucionais e a transformação da estrutura produtiva do Paraná nos anos setenta. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Paraná, v. 35, n. 127, p. 99-114, 2014.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura – trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARNEIRO, P. T. V. M. **A comercialização de feijão no Paraná 1995-2003**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

DINIZ, R. G.; PEREIRA, A. D. D. O processo de desindustrialização da economia paranaense no século XXI. **GEOFRONTER**, v.*9, n.*1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.61389/geofronter.v9i1.7649>

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Regiões Metropolitanas – Paraná. 2024. Disponível em: [https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-das-Regioes#](https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-das-Regioes) Acesso em: 20 ago. 2024.

IPARDES. **Desenvolvimento Paranaense:** contexto, tendências e desafios – Paraná. 2022. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/[Desenvolvimento-Paranaense- Contexto-Tendências-e-Desafios](https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Desenvolvimento-Paranaense-Contexto-Tendencias-e-Desafios) . Acesso em: 20 ago. 2024

MORETTO, A. C.; RODRIGUES, R. L.; PARRÉ, J. L. Tendências do agronegócio no Paraná: 1980 a 1995. *In*: CUNHA, M.S.; SHIKIDA, P.F.; ROCHA JUNIOR, W. (orgs.). **Agronegócio paranaense – potencialidades e desafios**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2002.

OLIVEIRA, J. A.; KURESKI, R.; SANTOS, M. A. Evolução do PIB do Agronegócio Paranaense, 2012 a 2017. Uma aplicação da matriz de Insumo-Produto Regional. *In*: **Anais** do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu, PR.

PACHECO, C. A. **A Questão Regional Brasileira Pós 1980**: Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional. IEJUNICAMP: Campinas, 1996.

PARANÁ. **Decreto n. 9.518**. Institui o programa estadual de desenvolvimento produtivo-regional-integrado. (2021). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-9518-2021-parana-institui-o-programa-estadual-de-desenvolvimento-produtivo-regional-integrado-denominado-parana-produtivo>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PARANÁ. [**Decreto n 12421 de 2022.** Altera o decreto n 9.518, de 22/11/2021 que instituiu o programa estadual de desenvolvimento produtivo regional integrado parana produtivo](file:///C:\Users\lck15\Downloads\Decreto%20n%2012421%20de%202022.%20Altera%20o%20decreto%20n%209.518,%20de%2022\11\2021%20que%20instituiu%20o%20programa%20estadual%20de%20desenvolvimento%20produtivo%20regional%20integrado%20parana%20produtivo). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-12421-2022-parana-altera-o-decreto-n-9518-de-22-de-novembro-de-2021-que-instituiu-o-programa-estadual-de-desenvolvimento-produtivo-regional-integrado-parana-produtivo>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria do Planejamento. **Começa nova fase do Paraná Produtivo, programa que dá voz às regiões no planejamento estadual.** Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Noticia/Comeca-nova-fase-do-Parana-Produtivo-programa-que-da-voz-regioes-no-planejamento-estadual>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PEREIRA, L. B. **O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense**. 1987. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

PROGRAMA PARANÁ PRODUTIVO (PPP). **Base de informações regionais**. 2024a. Disponível em <https://paranaprodutivo.com.br/> Acesso em: 10 jul. 2024.

PROGRAMA PARANÁ PRODUTIVO (PPP). **Regiões**. 2024b. Disponível em: <https://paranaprodutivo.com.br/regioes/> Acesso em: 20 ago. 2024.

LIMA, J. F.; RIPPEL, R.; STAMM, C. Notas sobre a formação industrial do Paraná-1920 a 2000. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes-Atividades Encerradas**, [*S.l*.], v. 15, n. 1, 2007.

MACHOSKI, E.; RAIHER, A. P. Crescimento Econômico, exportações e tecnologia: O caso paranaense. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, [*S.l*.], v. 21, n. 1, p. 84-102, 2016.

SCAVARDA, L.F. R.; HAMACHER, S. Evolução da cadeia de suprimentos da indústria automobilística no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, [*S.l*.], v. 5, p. 201-219, 2001.

SILVA, L. A. O planejamento estratégico contemporâneo: território, redes e governança no Programa Paraná Produtivo – fase II. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Paraná, v. 44, n. 145, 2023.

TRINTIN, J G. **A economia paranaense**: 1985-1998. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

VASCONCELOS, J. R.; CASTRO, D. **Paraná:**economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90. IPEA: Texto para discussão nº 624, 1999.

1. Economista, doutor em Desenvolvimento Regional, professor de Economia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. E-mail: [luisck@ufpr.br](mailto:luisck@ufpr.br) [↑](#footnote-ref-1)
2. Economista, pós-doutoranda em Desenvolvimento Econômico na Unicamp, doutora em Desenvolvimento Regional, professora de Economia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, Brasil. E-mail: [janete.stoffel@uffs.edu.br](mailto:janete.stoffel@uffs.edu.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Economista, doutora em Desenvolvimento Econômico, professora de Economia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, Brasil. E-mail: [marisela.hernandez@uffs.edu.br](mailto:marisela.hernandez@uffs.edu.br) [↑](#footnote-ref-3)
4. Destacam-se as indústrias do papel e papelão, a química, vinculada à refinaria da Petrobrás e do espraiamento da indústria paulista. Mas o projeto decisivo foi a consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), importante fator de atração para investimentos. [↑](#footnote-ref-4)
5. Entre 1990 e 1997, a soja apresentou taxa de crescimento de 54,0% (Vasconcelos; Castro, 1999). As áreas colhidas com maior redução entre 1985/1997 correspondem às culturas do algodão (78.85%), fortemente vinculado à agricultura familiar; café (59,4%), arroz (65,9%), e trigo (25,3%) (Trintin, 2001). Além disso há a entrada em cena de novos produtos como cana-de-açúcar, ovos e aves, e redefinição de produtos na pauta de produção agropecuária (Vasconcelos; Castro, 1999, p. 11). [↑](#footnote-ref-5)